

A Democracia Latina e Seus Processos de Impeachment: uma análise quantitativa dos níveis de democracia desde 1990¹.

Stephanie Moura de Oliveira²

Ulle Ráfaga Campos e Figueiredo³

Área Temática: Democracia, Democratização e Qualidade da Democracia

¹ Trabalho preparado para sua apresentação no 9º Congresso Latinoamericano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP). Montevideo, 26 ao 28 de julho de 2017.

² Graduanda em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Federal de Pernambuco. Graduanda em Relações Internacionais pela Faculdade Damas Instituição Cristã. E-mail para contato: stephaniemoura1@hotmail.com

³ Graduanda em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail para contato: ullerafaga@hotmail.com

Resumo

Com base na obra "Impeachment presidencial e a nova instabilidade política na América Latina" de Aníbal Pérez-Liñán, o presente artigo terá como objetivo abordar a questão da oscilação dos níveis de democracia antes e depois dos processos de impeachment sucedidos com presidentes da América Latina desde 1990. Serão analisados os governos dos seguintes presidentes: Fernando Collor de Melo (1992) e Dilma Rousseff (2016) do Brasil, Carlos Andrés Pérez (1993) da Venezuela, Abdalá Bucaram (1997) e Lucio Gutiérrez (2005) do Equador, Raúl Cubas Grau (1999) e Fernando Lugo (2012) do Paraguai e Otto Pérez Molina (2015) da Guatemala. A hipótese a ser testada é a de que os casos de afastamento de presidentes na América Latina desde 1990 levaram a uma variação da democracia nestes países. O artigo é de abordagem quantitativa, utilizando, com o objetivo de compreender o impacto de um processo de impeachment sobre os níveis de democracia dos respectivos países através de uma comparação entre as médias de amostras emparelhadas de diferentes dimensões.

Palavras-Chave: Impeachment; América Latina;⁴ Democracia.

Abstract

Based on the book "Presidential Impeachment and New Political Instability in Latin America" by Aníbal Pérez-Liñán, the present article will aim to address the question of the oscillation of levels of democracy before and after the impeachment processes that have occurred with presidents of Latin America since 1990. The governments of the following presidents will be analyzed: Fernando Collor de Melo (1992) and Dilma Rousseff (2016) from Brazil, Carlos Andrés Pérez (1993) from Venezuela, Abdalla Bucaram (1997) and Lucio Gutierrez Raul Cubas Grau (1999) and Fernando Lugo (2012) from Paraguay and Otto Pérez Molina (2015) from Guatemala. The hypothesis to be tested is that the cases of removal of presidents in Latin America since 1990 have led to a variation of democracy in these countries. The article has a quantitative approach, with the objective of understanding the impact of an impeachment process on the levels of democracy of the respective countries through a comparison between the means of paired samples of different dimensions.

Key words: Impeachment; Latin America; Democracy.

Resumen

Con base en la obra "Impeachment presidencial y la nueva inestabilidad política en América Latina" de Aníbal Pérez-Liñán, el presente artículo tendrá como objetivo abordar la cuestión de la oscilación de los niveles de democracia antes y después de los procesos de impeachment sucedidos con presidentes de América Latina Desde 1990. Se analizarán los gobiernos de los siguientes presidentes: Fernando Collor de Melo (1992) y Dilma Rousseff (2016) de Brasil, Carlos Andrés Pérez (1993) de Venezuela, Abdalá Bucaram (1997) y Lucio Gutiérrez (2005) Raúl Cubas Grado (1999) y Fernando Lugo (2012) de Paraguay y Otto Pérez Molina (2015) de Guatemala. La hipótesis a ser probada es que los casos de alejamiento de presidentes en América Latina desde 1990 llevaron a una variación de la democracia en estos países. El artículo tiene una abordaje cuantitativa, con el objetivo de comprender el impacto de un proceso de impeachment sobre los niveles de democracia de los respectivos países a través de una comparación entre los promedios de muestras emparejadas de diferentes dimensiones.

Palabras clave: Impeachment; America Latina; Democracia

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	04
2. JUSTIFICATIVA.....	05
3. UMA BREVE REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA.....	06
4. METODOLOGIA.....	11
5. RESULTADOS	13
6. CONCLUSÃO.....	27
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	29

1. INTRODUÇÃO

Os casos de *impeachment* na América Latina desde 1990 acompanharam uma variação nos índices de democracia da região? Como forma de enfrentar crises, o "impedimento" é o processo de cassação do mandato de um representante do povo que tenha cometido um crime constitucional. *Impeachment* não é um termo ou processo novo, o primeiro caso registrado foi em 1376, na Inglaterra, quando um nobre chamado Lorde Latimer foi considerado culpado pelo Parlamento inglês de corrupção, por ter aceito propina para soltar navios capturados em batalhas, por reter taxas pagas à realeza e por vender um castelo aos inimigos de guerra (BARBOSA, 1995).

Segundo o doutor em Ciência Política, Fernando Azevedo (2016), com o passar do tempo, o *impeachment* passou a ter presença indispensável nas constituições republicanas. Foi usado republicanamente pela primeira vez contra o presidente Andrew Johnson, nos Estados Unidos, em 1868, por questões relacionadas à abolição da escravidão naquele país, o processo tendo sido rejeitado por apenas um voto. Outros célebres casos nos Estados Unidos, segundo Azevedo, foram os dos presidentes Nixon e Clinton. (AZEVEDO, 2016)

Um outro *impeachment* conhecido, principalmente por ter tido seu processo finalizado, foi o do presidente brasileiro Fernando Collor de Mello, em 1992. O primeiro caso de impedimento da conclusão do mandato de um presidente democraticamente eleito na América Latina acabou ocorrendo com o primeiro presidente democraticamente eleito no Brasil depois da ditadura militar (SALLUM & CASAROE, 2011). Segundo o livro de Aníbal Pérez-Liñan, (2007) em que se embasa este estudo, o caso foi um marco, uma vez que não contou com a participação de militares. (PÉREZ-LIÑAN, 2007)

Entende-se, portanto, que o *impeachment* de Collor foi um "divisor de águas", criando um precedente para que vários outros que se sucederam na América Latina. Tomando esse fato como base, nesse estudo serão analisados os *impeachments* ocorridos na América Latina nos governos de Fernando Collor de Melo (1992) e Dilma Rousseff (2016) do Brasil, Carlos Andrés Pérez (1993) da Venezuela, Abdalá Bucaram (1997) e Lucio Gutierrez (2005) do Equador, Raul Cubas Grau (1999) e Fernando Lugo (2012) do Paraguai e Otto Pérez Molina (2015) da Guatemala, na dimensão de variação da democracia antes e depois do processo ser consumado, dado que estes acontecimentos frustram algumas hipóteses essenciais no que tange às práticas dos regimes presidencialistas: a rigorosidade fixa dos mandatos, que as

populações não possam retirar nem garantir tais mandatos, e que as consequências do conflito na arena política sejam o colapso da democracia. (HOCKSTETLER, 2007)

Além dos que serão estudados, houve casos de presidentes eleitos que renunciaram por conta de pressão popular, e outros que não puderam assumir ou concluir seus mandatos. Ao todo, 14 presidentes latino-americanos foram retirados do poder involuntariamente de 1990 até os dias de hoje. Para Pérez-Liñan isso mostra um considerável nível de instabilidade política, mas, em oposição ao que era comum no passado, é uma instabilidade sem intervenção militar. Ainda segundo Pérez-Liñan, não importa quão contestado um *impeachment* seja, desde que seja conduzido por políticos civis ele sempre será melhor que um golpe militar. (PÉREZ-LIÑAN, 2007).

Com o objetivo de testar se os casos de afastamento de presidentes na América Latina elencados acima acompanharam a uma variação da democracia nos países em que ocorreram, esse estudo fará uma comparação entre as médias de amostras emparelhadas de diferentes dimensões, com o objetivo de compreender se houve impacto e as variações nos níveis de democracia dos respectivos países antes e depois de um processo de impeachment.

Em uma primeira parte apresentaremos as justificativas, que destacam a importância do trabalho nos âmbitos social e acadêmico, seguidas do levantamento histórico dos casos de impeachment que já ocorreram na América Latina, juntamente com as circunstâncias em que tal instrumento pode ser utilizado e em quais parâmetros é legalizado e justificado. A terceira parte, a metodologia, apresentará os bancos de dados utilizados, bem como os métodos estatísticos empregados na análise. Em seguida, buscar-se-á testar a hipótese de que os processos de impeachment na América Latina ocorreram juntamente de uma variação nos níveis de democracia, a partir da comparação de indicadores. Por fim, serão apresentadas as conclusões de acordo a literatura disponível e a explicação dos resultados.

2. JUSTIFICATIVA

Do ponto de vista acadêmico, o objetivo de complementar o estudo feito por Aníbal Pérez-Liñan sobre processos de impeachment na América Latina possibilita um enriquecimento da literatura, uma vez que a análise dos casos é feita à luz dos índices de democracia e sua variação ao longo do tempo nos países analisados. A Ciência Política é um empreendimento

comunitário (KING, 2015), e portanto, a aspiração pela colaboração é um elemento-chave do desenvolvimento científico.

Do ponto de vista social, a contribuição deste trabalho contempla uma preocupação crucial da análise política: a garantia da continuidade dos sistemas democráticos. O sistema presidencialista assume que possam ocorrer conflitos sem que isso signifique paralisia ou crise insuperável com o Legislativo (LIMONGI, 2006). É essencial que todos os processos que se relacionam a esse aspecto do sistema sejam estudados a fundo, uma vez que a instabilidade dos governos tem efeitos diretos sobre a garantia de direitos individuais, a garantia dos direitos civis sendo uma das coisas que define os regimes democráticos, e as estruturas dos regimes, um dos arcabouços para as democracias constitucionais. (COUTO & ARANTES, 2006)

3. UMA BREVE REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

A ideia de equilíbrio entre soberania popular pode ser estabelecida como: *“o princípio de toda a soberania reside, essencialmente, na nação; nenhum corpo, nenhum indivíduo pode exercer autoridade que dela não emane expressamente”* (Declaração dos direitos do homem e do cidadão, art. 3o) mas, ao mesmo tempo, a Declaração coloca que *“a sociedade tem o direito de pedir contas a todo agente público pela sua administração”*. (Declaração dos direitos do homem e do cidadão, art. 15o)

Dessa forma, o voto é considerado sagrado, sendo uma delegação de poder do povo, e quem o recebe acaba obrigado a exercer tal poder sob determinadas condições, as quais, uma vez desatendidas, devem ser sancionadas. No sistema presidencialista, a revogação da delegação de poder do povo ao representante chama-se *impeachment*, cujo processo tramita através dos representantes do povo, os congressistas, que são eleitos, dentre outras coisas, para esse fim. Então, pode-se dizer que o voto é sagrado; mas o *impeachment* também o é, pois nas sociedades verdadeiramente democráticas não há poder sem controle, não há governo sem freio. (CASAGRANDE, 2016)

Segundo o Procurador da República André Borges Uliano, o *impeachment* é um instrumento de tutela da probidade e de responsabilização do gestor ímprobo. Logo, é um mecanismo de concretização do sistema democrático e republicano. O que leva ao processo de *impeachment* é a prática, pelo presidente da República, de um "crime" de responsabilidade, que é uma infração à Constituição, e não implica pena de prisão, mas a sanção política de perda do cargo e inabilitação, por 8 anos, do exercício de função pública.

O *impeachment*, quando utilizado dentro de suas hipóteses constitucionais, não só está longe de ser um ataque à democracia, como é uma concretização dela. O eixo central da democracia é a convicção de que o poder civil pertence ao povo. O exercício, não a titularidade, desse poder é delegado aos mandatários do povo, os agentes por ele eleitos. E se a titularidade remanesce com o povo, em uma democracia deve haver algum modo de ele revogar o mandato que concedeu aos agentes eleitos, caso ajam em desacordo com a Constituição do país que exerçam sua função. (ULIANO, 2015)

Na opinião do Cientista Político José Álvaro Moisés, o processo de impedimento é "penoso e complexo", mas é um "bom remédio" para a democracia, com o objetivo de "curar" o abuso de poder. Para o cientista político, a América Latina está em um processo de evolução, que envolve situações dolorosas e difíceis como o do impeachment.

Muitos fatores podem levar à insatisfação com o governo, dentre eles: imposição de políticas econômicas impopulares, mal desempenho da administração como presidente, ou até mesmo notícias veiculadas na mídia envolvendo o presidente. Mas expressões de indignação pública não necessariamente resultam em um sistema mais forte de "*checks and balances*" (pesos e contrapesos). O padrão emergente é de que os *impeachments* vêm sendo acometidos em administrações que já caíram em desgraça. O resultado paradoxal que tem sido visto nas legislaturas latino-americanas que sofreram *impeachment* é a comprovação da capacidade do Congresso de punir um crime presidencial, mas a incapacidade de preveni-lo.

Segundo Pérez-Liñán (2007), os presidentes não estão livres de falhas, e, particularmente no âmbito da América Latina, o término de um mandato nunca é garantido. Os anos 90 da América Latina foram fortemente marcados por impeachments. A tendência se iniciou em 1992, com Fernando Collor de Mello no Brasil, seguido de Carlos Andrés Pérez em 1993 na Venezuela, depois Abdalá Bucaram em 1997 no Equador e Raúl Cubas Grau em 1999 no Paraguai. Mais uma vez no Equador, em 2005, Lucio Gutierrez sofreu impeachment, seguido de Fernando Lugo no Paraguai em 2012, Otto Pérez Molina em 2015 na Guatemala, e, por fim, em 2016, o Brasil teve um segundo impeachment, com Dilma Rousseff. Dentre os presidentes analisados, as causas de impeachment foram as mais diversas. (HOCHSTETLER, 2007)

Fernando Collor de Mello foi eleito para presidente nas eleições de 1989, derrotando, inclusive, o futuro presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Pertencia ao Partido da Reconstrução Nacional (PRN) e logo no início do mandato estabeleceu medidas econômicas radicais com o objetivo de combater a inflação que na época chegava a 1700% no Brasil. No ano seguinte à sua posse, Collor foi envolvido em um escândalo de corrupção, que, juntamente com o fracasso das medidas econômicas implantadas, ocasionou com que seu governo fosse interrompido por meio do processo de impeachment. (BLUME, 2015)

Carlos Andrés Pérez, político venezuelano que assumiu por duas vezes o comando do país, a primeira entre 1974 e 1979 e a segunda entre 1989 e 1993 e passou por duas tentativas de golpe de Estado, uma delas liderada por Hugo Chávez. Pérez foi o primeiro presidente venezuelano a ser reeleito, e no início de seu segundo mandato, em 1989, instaurou um pacote de austeridade econômica, que incluía o aumento do preço das passagens de ônibus, que, ao gerar insatisfação na população, levou ao início de um movimento social na capital, chamado de “Caracazo” contra tais medidas, resultando na morte de 3 mil civis. Além disso, em 1993 foi acusado de enriquecimento ilícito pela Suprema Corte, e com isso foi instaurado e consumado seu processo de *impeachment*. (STYCER & VILELA, 2016)

Abdalá Bucaram, apelidado de "El Loco" foi presidente do Equador entre agosto de 1996 e fevereiro de 1997. Logo que assumiu o cargo, sua popularidade caiu bastante. Dentre seus planos de governo, estava o de fazer uma conexão entre a moeda de seu país, o sucre, ao dólar dos EUA, sendo extremamente criticado por isso. Recebeu, também, muitas críticas ao nomear amigos e familiares para cargos do governo e, apenas após seis meses no cargo, foi removido sob alegações de que ele não era mentalmente incompetente para governar o Congresso Nacional Equatoriano. Com isso, ele fugiu para o Panamá, onde lhe foi concedido asilo político. (TIKKANEN, 2009)

O presidente paraguaio Raúl Cubas Grau confrontou o processo de *impeachment* depois de liberar da prisão Lino Oviedo, um líder militar e seu antigo companheiro de chapa, condenado a 10 anos de prisão, mesmo o país tendo sancionado uma lei em que nenhum prisioneiro poderia ser perdoado sem que cumprisse pelo menos metade de sua sentença. Em março de 1999 o vice de Grau, Luís Maria Argaña foi assassinado por um grupo supostamente ligado a Oviedo, fazendo com que o presidente fosse acusado de conspirar pela morte do vice-

presidente. Com isso, confrontou o processo de *impeachment* e foi destituído do cargo. (VALENTE, 1999)

Eleito em 2002, Lucio Gutiérrez começou a enfrentar uma instabilidade política no Equador em novembro de 2004. O presidente vinha sendo acusado de ter abandonado suas propostas de redistribuição de renda e de barateamento dos gêneros de primeira necessidade e também de ter promovido cortes orçamentários em programas sociais. Além disso, foi acusado de colocar aliados na Suprema Corte de Justiça, violando a Constituição. Houveram intensos protestos populares, e antes de ser destituído, já havia passado por um processo de *impeachment*, que foi arquivado. (AZEVEDO & SERIACOPI, 2005)

Fernando Lugo assumiu o cargo de Presidente do Paraguai em 2008 e pertencia ao tradicional partido de oposição, o "Partido Liberal Radical Autêntico". Em meados de maio de 2012, manifestantes sem-terra ocuparam uma propriedade que pertencia a um ex-senador, alegando que teria sido tomada ilegalmente durante períodos de ditadura. Esse acontecimento, conhecido como Curuguaty, resultou em 17 mortes. Um deputado opositorista, então, submeteu o Presidente da República a um julgamento político quanto à sua responsabilidade nos acontecimentos de Curuguaty. 'Dentre outras denúncias, o presidente foi acusado de "mau desempenho de suas funções", o seu processo de *impeachment* tendo sido instaurado e concluído em menos de 36 horas, aprovado com 76 votos a favor, um voto contra e três ausências. (BBC, 2012)

Otto Pérez Molina foi eleito presidente da Guatemala para o período de 2012 a 2016 pelo Partido Patriótico. Em setembro de 2015, o povo saiu as ruas manifestando contra o presidente, uma vez que, na Operação "La Línea", que descobriu quase 90 mil ligações telefônicas interceptadas, o presidente pôde ser ouvido ordenando a morte de um funcionário com o objetivo de substituí-lo por outro de sua confiança. Essa linha direta era supostamente usada para discutir e planejar as operações pelas quais os importadores pagaram dezenas de milhões de dólares em subornos para evitar direitos aduaneiros. Com isso, renunciou ao cargo de presidente em 3 de setembro de 2015, sendo preso horas depois. (AL JAZEERA, 2016)

Por fim, a primeira presidente mulher do Brasil, Dilma Rousseff, sofreu impeachment em 2016. Só no ano de 2015, mais de 50 processos de impeachment foram recebidos contra a

presidente, 11 destes com precedência através da denúncia de crimes de responsabilidade e corrupção. O processo de destituição do cargo consistiu em uma questão processual iniciada em 2 de dezembro de 2015 pelo presidente da Câmara dos Deputados brasileiro, Eduardo Cunha, denunciada por crime de responsabilidade, maquiagem das contas públicas e corrupção. Em 31 de agosto de 2016, o processo foi encerrado, resultando na cassação do mandato de Dilma. (SCHREIBER, 2015)

A sucessiva aplicação do *impeachment* na região da América Latina demonstra um padrão de instabilidade política, diferente do que acontecia no passado. Surgiu como a mais poderosa solução para retirar presidentes indesejados do poder, sem destruir a ordem constitucional. Geralmente, os processos se deflagram não apenas com o apoio da legislatura, como também com o apoio da população, que se posiciona contra o governo.

Pérez-Liñán coloca que, para explicar esse fenômeno, alguns acadêmicos argumentam que as democracias presidenciais da América Latina têm desenvolvido traços parlamentares, e, em contrapartida, outros argumentam que movimentos sociais vêm expandindo o governo de cidadania democrática ao lutar contra políticas neoliberais e derrubar presidentes impopulares.

Alguns estudos apontaram que o papel do *impeachment* como instrumento constitucional permite o Congresso remover o presidente do cargo sem perturbar o processo democrático. (LINZ, 1994; SHUGART & CAREY, 1992).

Para os pesquisadores, como coloca Pérez-Liñán, o *impeachment* é um evento raro, mas, desde o fim dos anos noventa, os eventos ocorridos puderam servir de laboratório para a teoria comparativa em construção de como funcionam os processos de *impeachment*. A concentração de vários casos em um curto período de tempo permite traçar as condições políticas que ocasionaram os processos, possibilitando até o feitiço de um paralelo com relações a constantes, sejam elas culturais ou históricas.

Pérez-Liñán (2007) conclui, então, que o *impeachment* não é apenas um mecanismo legal para remover presidentes que são vistos como culpados de crimes, mas pode ser utilizado como uma arma contra presidentes que confrontam legislaturas agressivas.

Crises de *impeachment* não envolvem apenas a legislatura, como também os militares, a mídia, protestos populares e tentativa de manipular o judiciário. Na última década, importantes trabalhos como os de Mainwaring e Shugart (1997) e Shugart e Carey (1992) enfatizaram que países da América Latina se diferenciam em suas configurações institucionais e que a precisão de alguns estereótipos variam entre os países.

4. METODOLOGIA

O desenvolvimento deste trabalho se dará através da comparação de diferentes indicadores de democracia que utilizam variáveis relacionadas aos elementos apresentados pela literatura. Os *datasets* em questão serão: (1) *Unified Democracy Scores*, compilado por professores de Universidades que trabalham com a temática (James Melton, da University College London da Texas Tech e Daniel Pemstein, da North Dakota State University) e (2) *PolityIV*, organizado pelo *Center for Systemic Peace*. Quando cabível também faremos utilização de teste-t para amostras emparelhadas, na esperança de comparar estatisticamente os indicadores antes e depois dos processos de impeachment e averiguarmos se, mesmo que haja alguma mudança, que ela seja estatisticamente relevante.

Quanto aos bancos em si, trabalhamos com os dados disponíveis de cada país para os anos em questão, abrangendo sempre que possível desde 1990 até os dias atuais. Assim sendo, os dados do *Unified Democracy Score* aplicam-se a todos os países desde o ano de 1990 até o ano de 2012, infelizmente tornando impossível, então, a análise para os presidentes Lucio Gutiérrez (Equador – 2015), Otto Fernando Pérez Molina (Guatemala – 2015) e Dilma Rousseff (Brasil – 2016), e oferecendo resultados limitados para o presidente Fernando Lugo (Paraguai – 2012). O projeto *Unified Democracy Scores* qualifica a democracia como sendo um conceito fundamental de política que, ainda assim, se mantém “inobservável” e se coloca como um desafio em termos de mensuração para análise quantitativa. Visando essas dificuldades, os criadores do projeto utilizaram um modelo Bayesiano de mensuração estatística para fazer um novo indicador de democracia que levasse em conta medições dos treze⁵ principais indicadores disponíveis na atualidade. Neste trabalho as comparações foram feitas com a média dos indicadores, disponíveis no *dataset*, que tem variação de -1 a 1 em uma progressão dos níveis de democracia, onde -1 é o menos democrático e 1 o mais democrático possível.

⁵ Ver mais detalhes em: <http://www.unified-democracy-scores.org/replication.html>

Do banco de dados *Polity IV: Regime Authority Characteristics and Transitions Datasets*, contamos com variável *Polity2* para a análise, que abrange o período de 1990 a 2015, o que permite a análise de todos os presidentes com a exceção do processo de *impeachment* da presidente Dilma. Os processos sofridos pelo presidente Gutierrez e pelo presidente Molina desta vez apresentam uma possibilidade mais limitada de projeção de resultados. A variável *Polity2* é formulada a partir da subtração dos valores de uma variável AUTOC (que mede autocracia) dos valores de uma variável DEMOC (que mede a democracia), resultando em uma escala de regime, variando de uma democracia completa a uma autocracia. Segundo seu próprio codebook, ela:

"[...] includes constructed annual measures for both institutionalized democracy (DEMOC) and autocracy (AUTOC), as many polities exhibit mixed qualities of both of these distinct authority patterns. The measures are composite indices derived from the coded values of authority characteristic component variables according to the formulas, originally designed by Gurr, [...]. A third indicator, POLITY, is derived simply by subtracting the AUTOC value from the DEMOC value; this procedure provides a single regime score that ranges from +10 (full democracy) to -10 (full autocracy). [...] This variable is a modified version of the POLITY variable added in order to facilitate the use of the POLITY regime measure in time-series analyses. It modifies the combined annual POLITY score by applying a simple treatment, or “fix,” to convert instances of “standardized authority scores” (i.e., -66, -77, and -88) to conventional polity scores (i.e., within the range, -10 to +10).”

Também foi utilizada, quando possível, a observação em uma variável de *Authority Trends*, com gráficos elaborados pelo próprio *Center for Systemic Peace*, de modo a prover corroboração (ou refutabilidade, caso fosse o caso) para as conclusões.

Como mencionado, esperamos que a análise em conjunto, realizada de maneira devidamente metódica, unindo a literatura e os dados disponíveis hoje em dia, permita extrapolarmos os resultados para outros casos. A leitura cuidadosa e os procedimentos metodológicos permitem que tais eventos sejam observados de modo a oferecer explicações que transcendem casos específicos, que sejam igualmente aplicáveis a diversas situações que sigam os mesmos padrões.

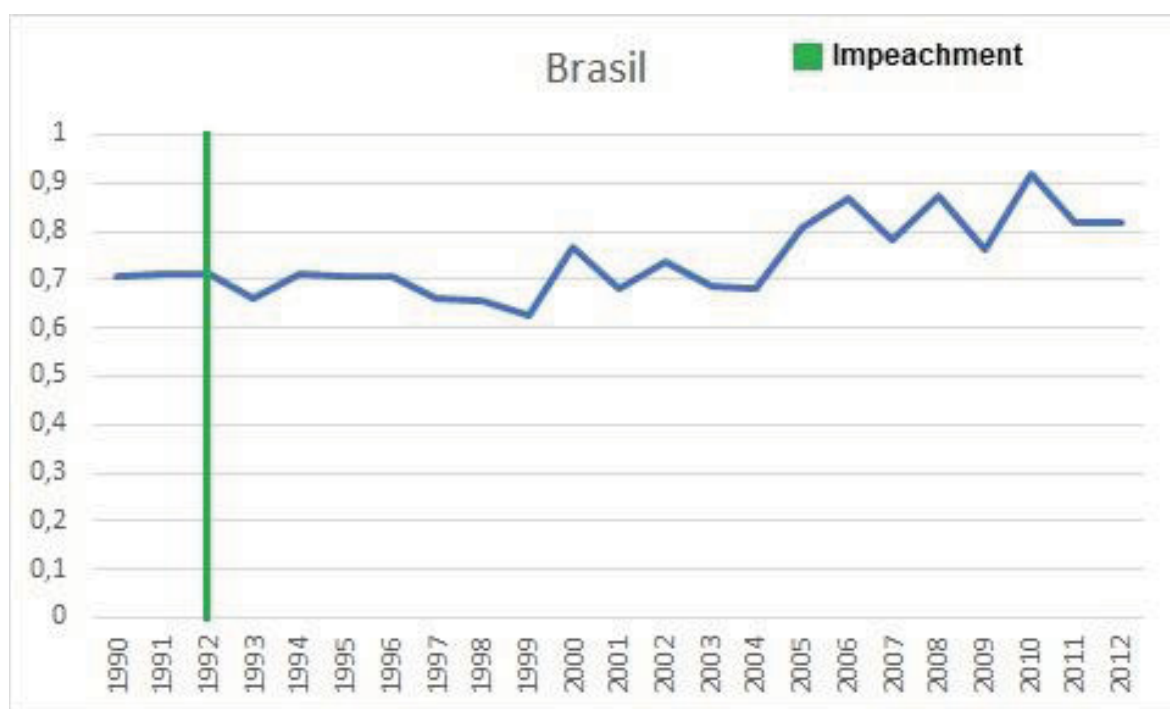
5. RESULTADOS

Banco de Dados 1 – *Unified Democracy Scores*

Para este banco, foram avaliados os dados relativos aos níveis de Democracia em cinco períodos diferentes em que se realizaram processos de Impeachment na América Latina de 1990 a 2012, período abrangido pelo *dataset*, que foram: Fernando Collor de Mello, no Brasil, em 1992, Carlos Andrés Pérez, na Venezuela, em 1993, Abdalá Bucaram, também na Venezuela, em 1997, Raúl Alberto Cubas Grau, no Paraguai, em 1999, e por último Fernando Lugo, também no Paraguai, em 2012.

Primeiramente foi realizada uma análise gráfica, mostrando a variação em todo o período estudado para os três países em questão.

Gráfico 1 – Brasil (*Unified Democracy Scores*)



Fonte: gráfico elaborado pelas autoras.

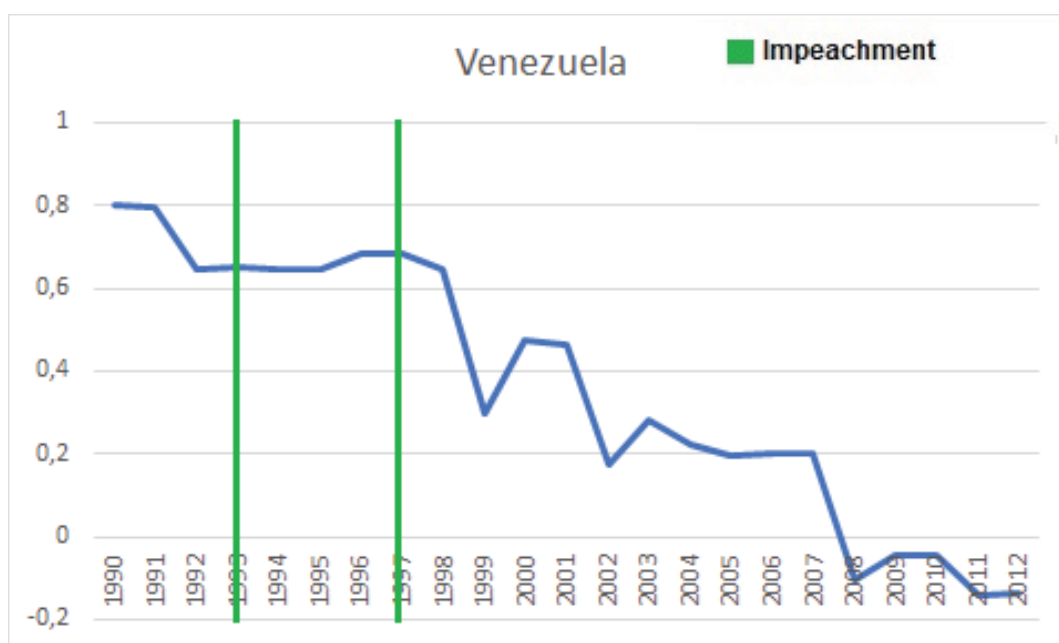
Observa-se no eixo “Y” a variável “*Unified Democracy Scores*”, e no eixo “X” a variável temporal, mostrando a variação dos níveis de democracia de acordo com a variável em questão. O ano relativo ao *impeachment* analisado foi apontado pela barra de cor verde.

Veremos primeiramente os resultados relativos ao Brasil, no qual foram avaliados os níveis de democracia no período relativo ao *impeachment* do Presidente Collor. Através do gráfico pode-se observar uma leve alteração na média de níveis de democracia utilizadas na composição da variável. De fato, entre o ano de 1991 a 1992 (ano do *impeachment* do Presidente Collor) a variação foi mínima, de apenas 0,002345 ponto, cerca de 0,11% da margem abarcada pela variável, considerando que ela vai de -1 a 1 (2 pontos). Tal mudança mostra-se praticamente invisível na demonstração gráfica. A variação do ano 1992 para o ano de 1993, porém, foi maior, com a média caindo em 0,05072 ponto (2,5% da margem abarcada pela variável). Uma diferença, de certo, mais significativa, porém, tal observação ainda não permite a colocação de que seja uma alteração de fato estatisticamente significativa por dois motivos, primeiro por tratar-se de uma avaliação apenas pela observação do gráfico, e segundo por que a avaliação de apenas um único caso seria, em nosso caso, ineficaz na tarefa de trazer respostas. Traremos ao final da exposição dos gráficos relativos a este *dataset* os testes realizados no agrupamento dos casos.

Vale registrar, também pela observação do gráfico, que a variação dos níveis de democracia em tempos de *impeachment* não se mostrou especialmente intensa se comparada a outros momentos da história recente do país.

A seguir, a observação do gráfico referente à Venezuela.

Gráfico 2 – Venezuela (*Unified Democracy Scores*)



Fonte: gráfico elaborado pelas autoras.

Observa-se no eixo “Y” a variável “*Unified Democracy Scores*”, e no eixo “X” a variável temporal, mostrando a variação dos níveis de democracia de acordo com a variável em questão. O ano relativo ao *impeachment* analisado foi apontado pela barra de cor verde. Gráfico por elaboração própria das autoras.

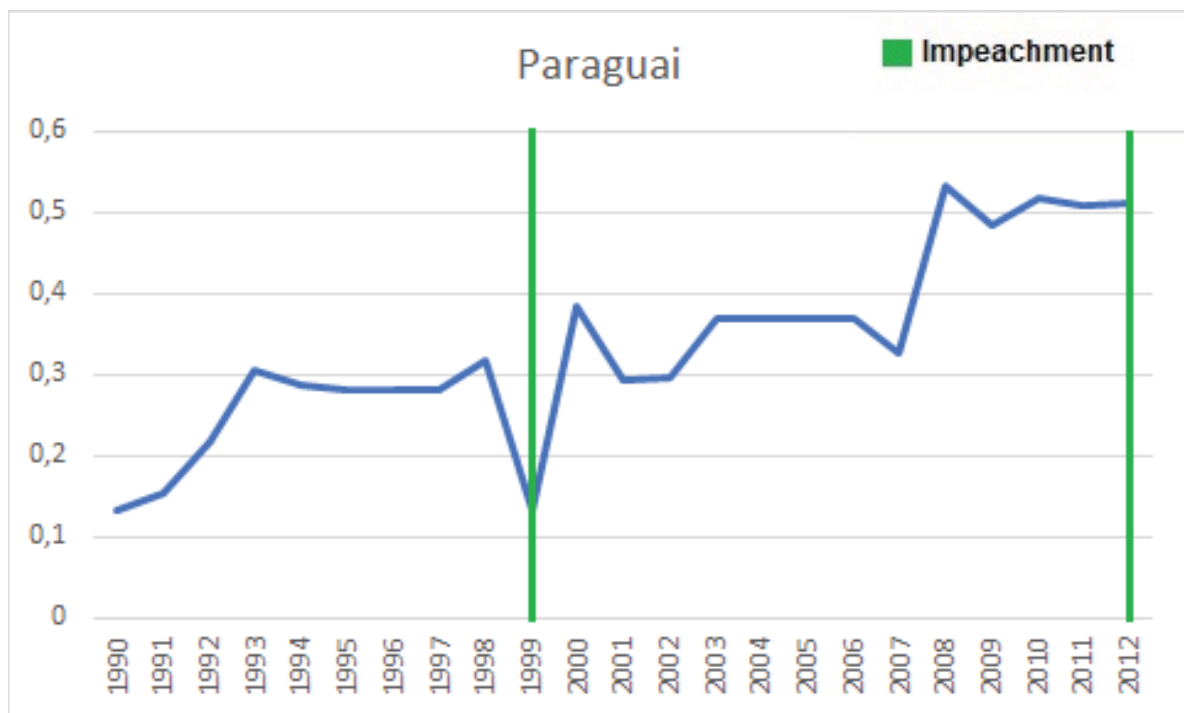
Novamente, vamos à observação da variação presente no gráfico. No caso da Venezuela puderam ser observados ambos os casos de impedimento que ocorreram no país, em 1993 para o Presidente Carlos Andrés Pérez, e em 1997, no caso de Abdalá Bucaram, também na Venezuela. Tornamos a observar uma variação pouco drástica, em especial no primeiro processo. De 1992 para 1993 pouco mudou na média considerada pelo *Unified Democracy Scores*, subindo em apenas 0,003408 ponto (0,17% da variação possível na variável). De 1993 para 1994 a média se alterou de maneira ainda mais ínfima, caindo 0,000544 ponto (apenas 0,027% do campo de possibilidade total da variável). Consideramos que não houve, virtualmente, mudança alguma neste caso.

Quanto ao impedimento do Presidente Abdalá Bucaram, em 1997, os resultados mostraram uma alteração levemente mais aguda. Do ano anterior, 1996, para o ano do processo de *impeachment* houve um aumento de 0,000469 ponto (0,023% da variação possível de 2 ponto entre os extremos consideráveis no espectro da variável). Novamente, vê-se uma variação virtualmente nula. Do ano do processo de impedimento para o ano seguinte, porém, houve uma queda de 0,04 ponto, que chegou a 2% da variação possível para a variável considerada. Reiteramos, porém, que até o momento a análise é limitada aos gráficos e aos dados apresentados como são, sem uso, ainda, se métodos mais sofisticados para oferecer conclusões mais seguras.

Novamente vale observar, também, que a oscilação dos níveis de democracia segundo a variável em questão mostrou-se bem mais intensa em outras épocas que não de impedimento de mandato do presidente.

O último país visto nessa parte de nosso trabalho foi o Paraguai, na ocasião dos impedimentos dos mandatos dos presidentes Raúl Alberto Cubas Grau (1999) e Fernando Lugo (2012).

Gráfico 3 – Paraguai (*Unified Democracy Scores*)



Fonte: gráfico elaborado pelas autoras.

Observa-se no eixo “Y” a variável “*Unified Democracy Scores*”, e no eixo “X” a variável temporal, mostrando a variação dos níveis de democracia de acordo com a variável em questão. O ano relativo ao *impeachment* analisado foi apontado pela barra de cor verde. Gráfico por elaboração própria das autoras.

O Paraguai se apresenta como um caso especialmente atípico entre os analisados. Observa-se, visualmente, uma grande variação no período relativo ao *impeachment* de Raúl Cubas Grau, em 1999. De 1998 para o ano de 1999 houve uma queda de 0,18613 ponto, que equivale a mais de 9% da variação no *Unified Democracy Scores*, a maior pontuação observada. Essa queda foi superada na transição para o ano seguinte, que teve o número ainda mais surpreendente de um aumento de 0,251229 ponto, que equivale ao valor surpreendente de 12,5% dentro do espectro da variável.

No caso do impedimento do mandato de Fernando Lugo, os dados disponíveis não abarcavam o período após o processo, de modo que foi possível tirar apenas conclusões preliminares, mas a variação do ano anterior ao *impeachment* para o ano do processo foi uma elevação de apenas 0,003576 ponto (cerca de 0,18% do possível no campo da variável).

Essa análise mostrou-se como a única em que os níveis de mudanças democráticas em períodos de impedimento de mandato foram predominantes a mudanças perceptíveis em outros períodos, mas a intensidade ainda não foi especialmente alarmante se considerada a tendência na região de mudanças mais drásticas em seus níveis democráticos de um ano para outro, como observado em outros contextos.

Nesse sentido realizamos um teste-t para amostras emparelhadas considerando variáveis extraídas do *Unified Democracy Scores*. Os pares em questão foram de dois anos antes, um ano antes, durante, um ano depois e dois anos depois dos processos de impeachment, embarcando um total de cinco anos. Consideramos que esse período seria adequado para a análise, dado que, como *impeachments* são processos longos, poderíamos ver influências do processo nos níveis de democracia. Fizemos a comparação tanto de ano em ano, seguindo uma sequência cronológica (2 anos antes - 1 ano antes / 1 ano antes - ano do *impeachment* / ano do *impeachment* - 1 ano depois / um ano depois - 2 anos depois) para garantir que, caso encontrássemos uma diferença estatisticamente significativa entre os períodos antes e depois do impedimento de mandato, pudéssemos relacionar esse evento ao próprio processo de *impeachment*, e não a tendências naturais dos períodos que não necessariamente relacionadas ao impedimento de mandato.

Tabela 1 - Teste-t Para Amostras Emparelhadas (*Unified Democracy Scores*) - Progressão Cronológica

		DIFERENÇAS EMPARELHADAS					P-valor
		Média	Desvio padrão	Erro padrão da média	95% Intervalo de confiança da diferença		
					Inferior	Superior	
Par 1	Democracia 2 Anos	0,017728	0,077979	0,034873	-	0,114553	0,638
	Antes do	6113090	8587614	6530132	0,079096	3945181	
	Impeachment -	96	34	80	1718999	84	
	Democracia 1 Ano				91		
Par 2	Antes do						0,395
	Impeachment -						
	Democracia No Ano						
	do Impeachment						
Par 3	Democracia 1 Ano	0,035817	0,084044	0,037585	-	0,140171	0,395
	Antes do	0736380	3795397	7891555	0,068537	9539639	
	Impeachment -	16	88	52	8066879	44	
	Democracia No Ano				12		
Par 4	do Impeachment -						0,615
	Democracia 1 Ano	-	0,142590	0,071295	-	0,187063	
	Depois do	0,039828	1075005	0537502	0,266721	8044225	
	Impeachment	8759699	17	59	5563624	23	
Par 5	Depois do	80			83		0,354
	Impeachment						
	Democracia 1 Ano	0,096501	0,176559	0,088279	-	0,377447	
	Depois do	9045245	4317574	7158787	0,184443	3601543	
Par 6	Impeachment -	53	86	43	5511052	41	0,354
	Democracia 2 Anos				36		
	Depois do						
	Impeachment						

O resultado foi que nenhum dos pares considerados mostrou p-valor menor que o ponto de corte de 0,05, com os resultados confirmados, também, pelos intervalos de confiança, que indicaram a hipótese nula de uma relação estatisticamente relevante como uma possibilidade real.

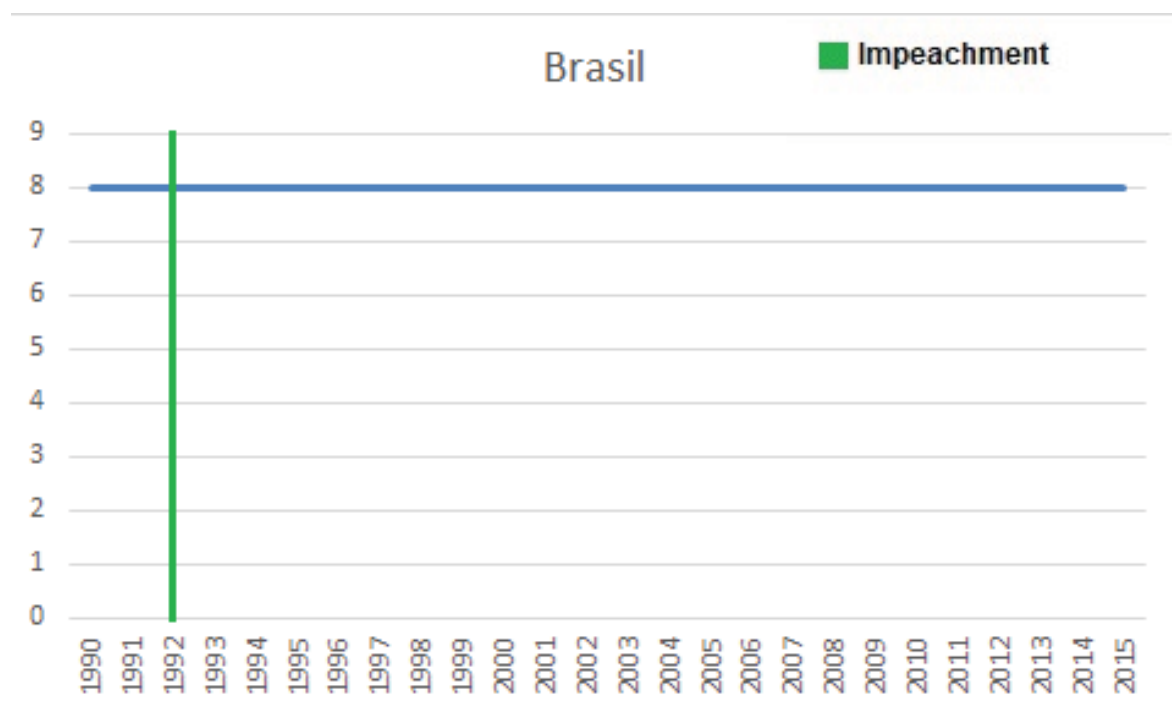
Tabela 2 - Teste-t Para Amostras Emparelhadas (*Unified Democracy Scores*) - Comparação de Médias Antes, Durante e Depois dos Processos de *Impeachment*

		DIFERENÇAS EMPARELHADAS					P-valor
		Média	Desvio padrão	Erro padrão da média	95% Intervalo de confiança da diferença		
					Inferior	Superior	
Par 1	Democracia 2 Anos	0,122038	0,1695820	0,08479104	-	0,391881	0,246
	Antes do Impeachment -	6853746	95747567	7873783	0,147804	6424016	
	Democracia 2 Anos	30			2716524	73	
	Depois do Impeachment				13		
Par 2	Democracia 1 Ano Antes do Impeachment -	0,005836	0,0527224	0,02636123	-	0,089729	0,839
	Democracia 1 Ano	5317386	76654017	8327009	0,078056	7572550	
	Depois do Impeachment	10			6937778	98	
					78		
Par 3	Democracia 2 Anos	0,025536	0,1036382	0,05181914	-	0,190448	0,656
	Antes do Impeachment -	7808500	96788740	8394370	0,139374	4382006	
	Democracia 1 Ano	77			8765005	81	
	Depois do Impeachment				26		
Par 4	Democracia 1 Ano Antes do Impeachment -	0,102338	0,1903574	0,09517872	-	0,405239	0,361
	Democracia 2 Anos	4362631	50942156	5471078	0,200562	6194801	
	Depois do Impeachment	62			7469538	93	
					68		
Par 5	Democracia 2 Anos	0,053545	0,0895303	0,04003920	-	0,164712	0,252
	Antes do Impeachment -	6849471	92217591	8610150	0,057620	3497087	
	Democracia No Ano do Impeachment	12			9798145	57	
					33		
Par 6	Democracia 1 Ano Antes do Impeachment -	0,035817	0,0840443	0,03758578	-	0,140171	0,395
	Democracia No Ano do Impeachment	0736380	79539788	9155552	0,068537	9539639	
		16			8066879	44	
					12		
Par 7	Democracia No Ano do Impeachment -	-	0,1425901	0,07129505	-	0,187063	0,615
	Democracia 1 Ano	0,039828	07500517	3750259	0,266721	8044225	
	Depois do Impeachment	8759699			5563624	23	
		80			83		
Par 8	Democracia 1 Ano	0,096501	0,1765594	0,08827971	-	0,377447	0,354
	Depois do Impeachment -	9045245	31757486	5878743	0,184443	3601543	
	Democracia 2 Anos	53			5511052	41	
	Depois do Impeachment				36		

Foram testados pares formados por todas as configurações de antes e depois dos *impeachments* nos dois anos antes e depois dos processos. Como pode ser observado, novamente o p-valor foi alto demais para eliminarmos a possibilidade da hipótese nula, bem como foi comprovado pelo intervalo de confiança da diferença, que contemplou zero como possibilidade.

Banco de dados 2 - *PolityIV*

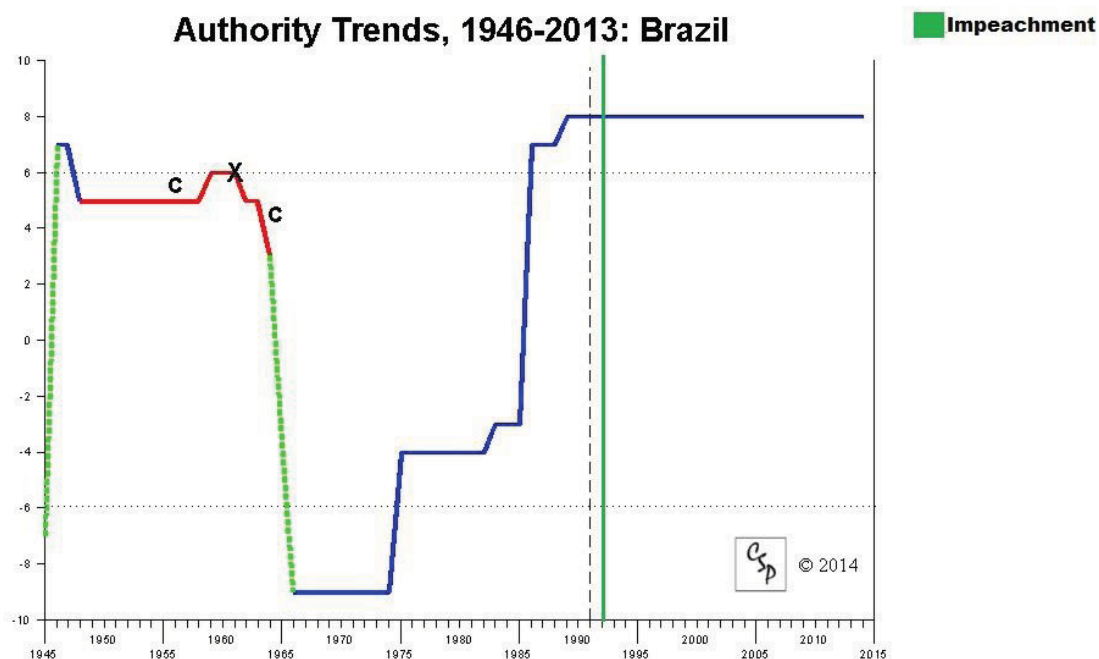
Gráfico 4 - Brasil (*PolityIV* - Center for Systemic Peace) - *Polity2*



Fonte: gráfico elaborado pelas autoras.

Observa-se no eixo “Y” a variável “*Polity2*”, e no eixo “X” a variável temporal, mostrando a variação dos níveis de democracia de acordo com a variável em questão. O ano relativo ao *impeachment* analisado foi apontado pela barra de cor verde. Gráfico por elaboração própria das autoras.

Gráfico 5 - Brasil (*PolityIV* - *Center for Systemic Peace*) - *Authority Trends* (1946-2013)

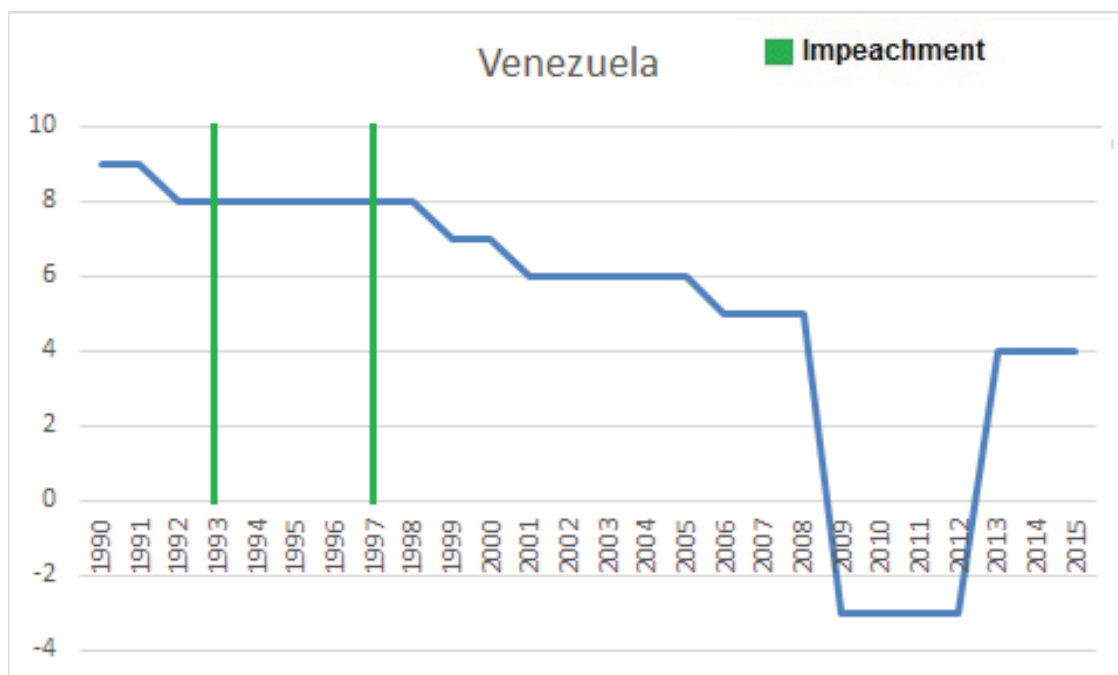


Fonte: gráfico elaborado pelas autoras.

Elaboração do *Center for Systemic Peace*, 2014. Alteração feita pelas autoras para demarcar o ano do *impeachment* em questão, assinalado pela barra vertical verde.

No banco de dados do projeto *PolityIV* os resultados continuam a apontar para uma variação mínima, neste caso praticamente perceptível, de variações nos níveis de democracia para o Brasil. A corroboração da conclusão vai além, com a observação do gráfico de tendências autoritárias compilado pela mesma instituição.

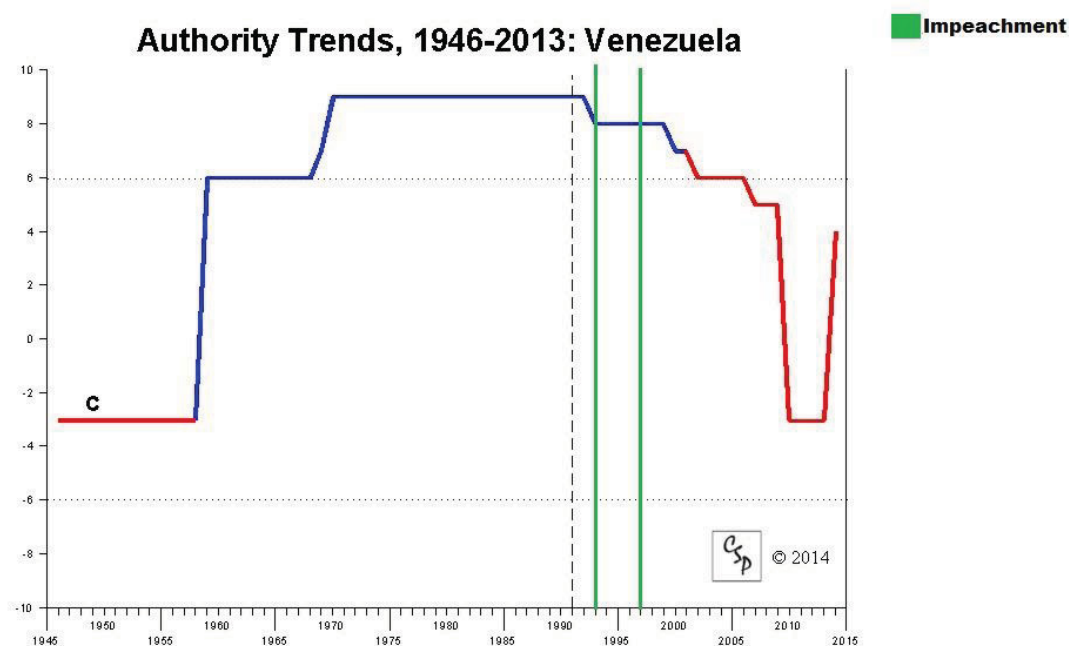
Gráfico 6 - Venezuela (*PolityIV - Center for Systemic Peace*) - *Polity2*



Fonte: gráfico elaborado pelas autoras.

Observa-se no eixo “Y” a variável “*Polity2*”, e no eixo “X” a variável temporal, mostrando a variação dos níveis de democracia de acordo com a variável em questão. O ano relativo ao *impeachment* analisado foi apontado pela barra de cor verde. Gráfico por elaboração própria das autoras.

Gráfico 7 - Venezuela (*PolityIV* - Center for Systemic Peace) - *Authority Trends* (1946-2013)

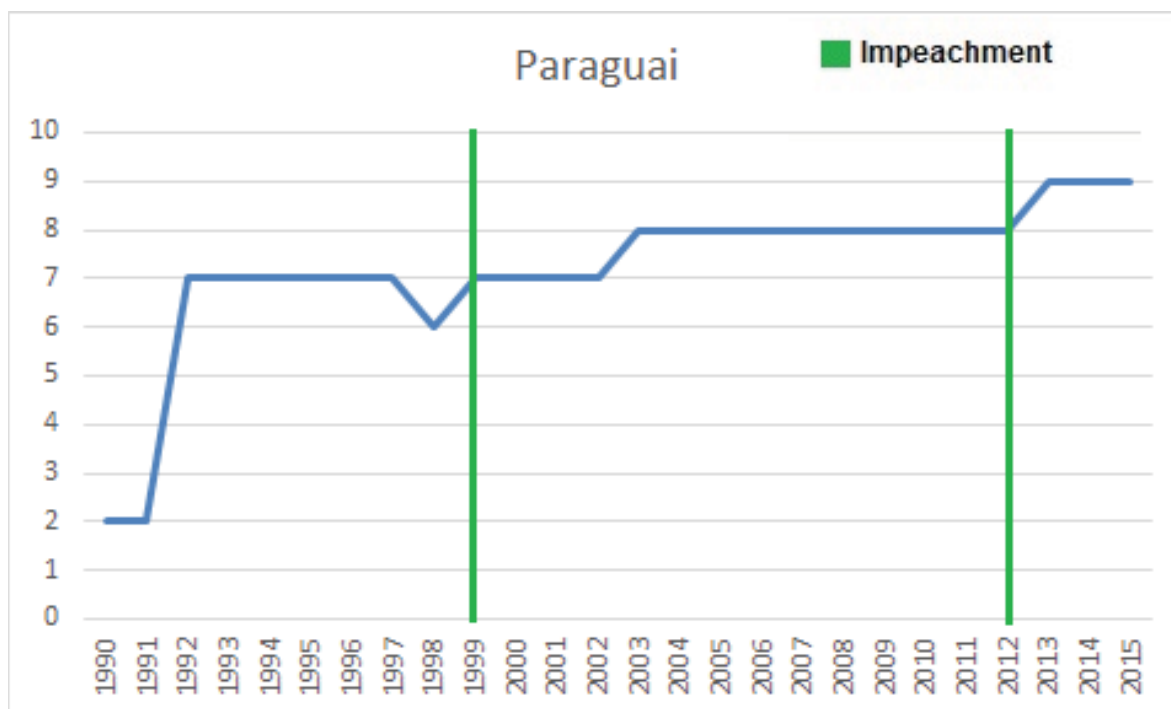


Fonte: gráfico elaborado pelas autoras.

Elaboração do *Center for Systemic Peace*, 2014. Alteração feita pelas autoras para demarcar o ano do *impeachment* em questão, assinalado pela barra vertical verde.

Também para a Venezuela houve corroboração para a colocação de que o evento de impedimentos de mandato não acompanharam variações drásticas nos níveis de democracia, com as distribuições presentes tanto na variável *Polity2* quando na *Authority Trends* ainda mais uniformes que no *dataset* anterior.

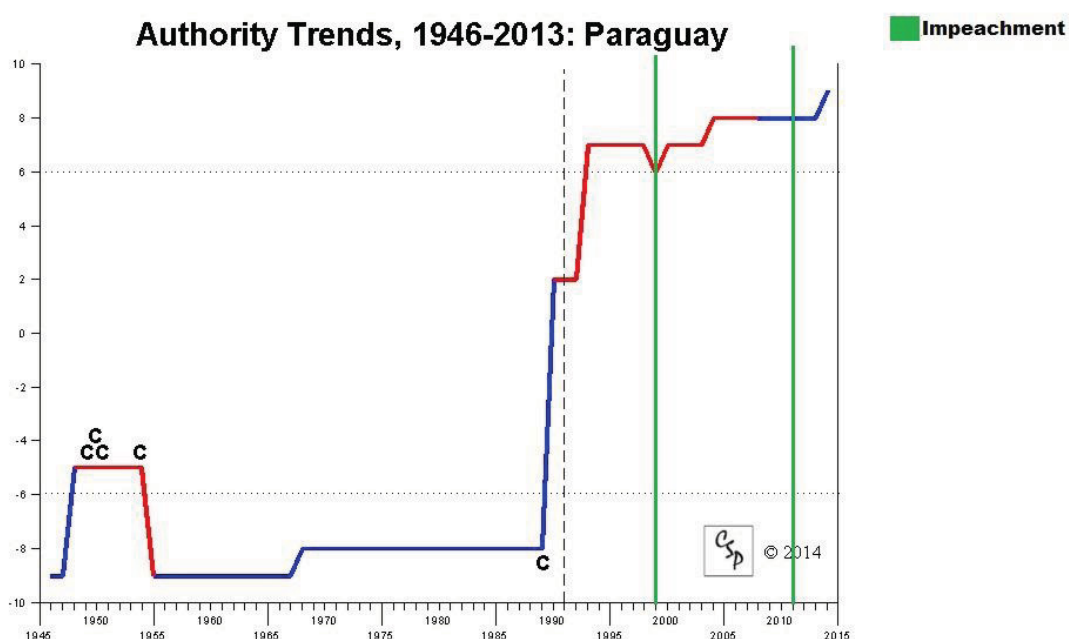
Gráfico 8 - Paraguai (*PolityIV - Center for Systemic Peace*) - *Polity2*



Fonte: gráfico elaborado pelas autoras.

Observa-se no eixo “Y” a variável “*Polity2*”, e no eixo “X” a variável temporal, mostrando a variação dos níveis de democracia de acordo com a variável em questão. O ano relativo ao *impeachment* analisado foi apontado pela barra de cor verde. Gráfico por elaboração própria das autoras.

Gráfico 9 - Venezuela (*PolityIV - Center for Systemic Peace*) - *Authority Trends* (1946-2013)

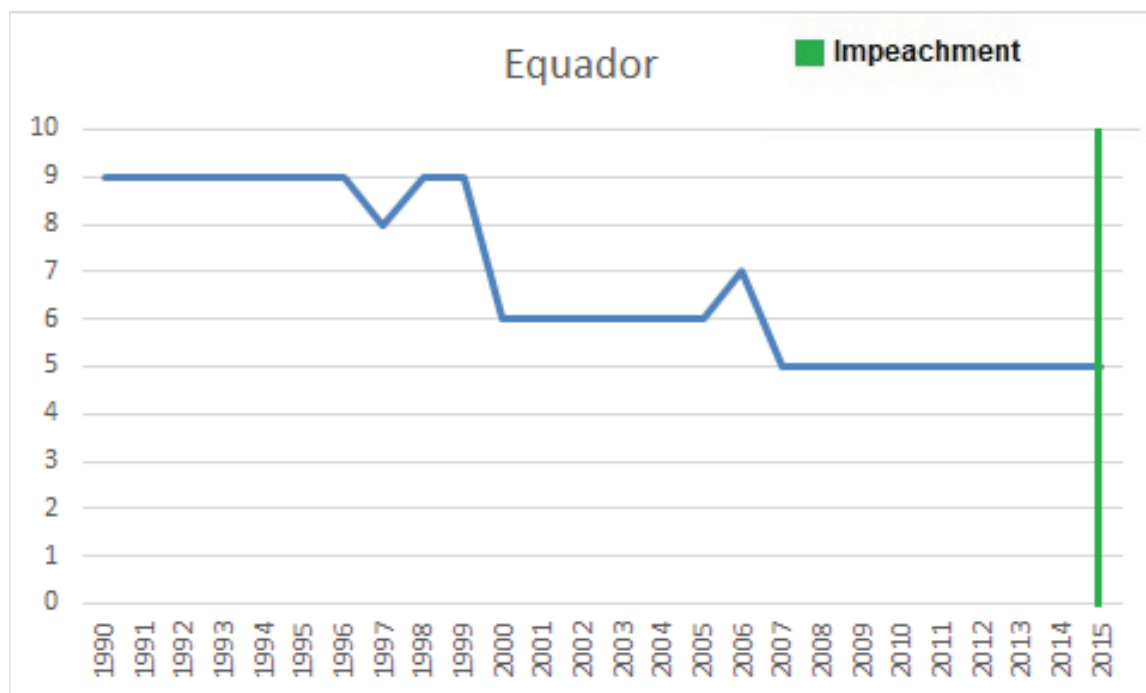


Fonte: gráfico elaborado pelas autoras.

Elaboração do *Center for Systemic Peace*, 2014. Alteração feita pelas autoras para demarcar o ano do *impeachment* em questão, assinalado pela barra vertical verde.

Tal qual aconteceu com o *Unified Democracy Scores*, pode-se observar uma mudança maior quando se trata aos níveis democráticos no Paraguai quando se trata de períodos com processos de impedimento de mandato, porém tal observação não pode ser dada como regra, principalmente quando se compara os níveis destes períodos a níveis de períodos sem processo de *impeachment*, que mesmo assim tiveram mudanças drásticas, por vezes até mais intensas do que quando ocorriam impedimentos de mandato.

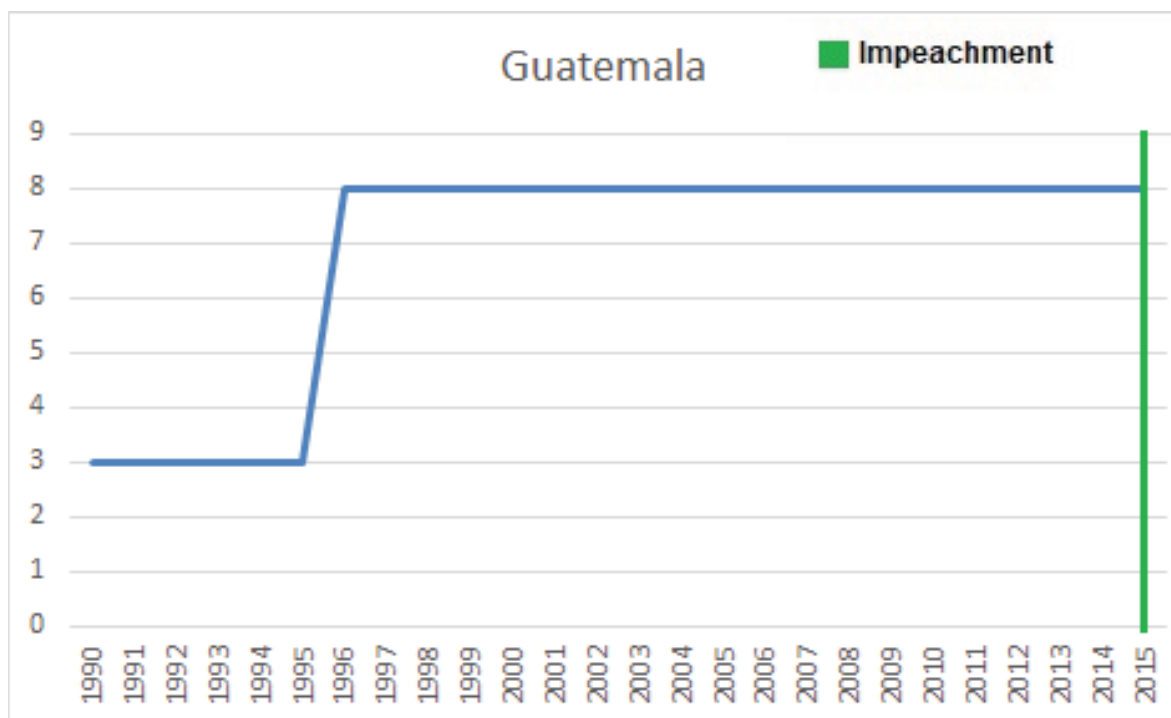
Gráfico 10 -Equador (*PolityIV - Center for Systemic Peace*) - *Polity2*



Fonte: gráfico elaborado pelas autoras.

Observa-se no eixo “Y” a variável “*Polity2*”, e no eixo “X” a variável temporal, mostrando a variação dos níveis de democracia de acordo com a variável em questão. O ano relativo ao *impeachment* analisado foi apontado pela barra de cor verde. Gráfico por elaboração própria das autoras.

Gráfico 11 - Guatemala (*PolityIV - Center for Systemic Peace*) - *Polity2*



Fonte: gráfico elaborado pelas autoras.

Observa-se no eixo “Y” a variável “*Polity2*”, e no eixo “X” a variável temporal, mostrando a variação dos níveis de democracia de acordo com a variável em questão. O ano relativo ao *impeachment* analisado foi apontado pela barra de cor verde. Gráfico por elaboração própria das autoras.

Tanto para o Equador quanto para a Guatemala os dados disponíveis, infelizmente, tornaram as conclusões mais limitadas, mas é seguro assumir que seguiram o mesmo padrão observado nos outros países.

Os dados disponíveis, tanto pelo número reduzido de casos, quanto pela pouca variância da variável, limitam as possibilidades de análise quantitativa para teste-t, mas avaliamos que as observações corroboram os resultados retirados da análise do primeiro banco de dados.

6. CONCLUSÃO

No primeiro banco analisado, o *Unified Democracy Scores*, não foi possível notar nenhuma uniformidade na distribuição dos níveis de democracia, com os valores referentes a períodos de *impeachment* aumentando em alguns casos e diminuindo em outros, indicando que a peculiaridade e o contexto de cada *impeachment* importam mais do que simplesmente o fato

de que tenha ocorrido um processo de impedimento de mandato para os sistemas de mensuração considerados. Além disso, a observação dos gráficos e os testes estatísticos não indicaram nenhuma relação estatisticamente relevante, que apesar de metodologicamente limitada devido ao número de casos aqui estudados, não pode ser ignorada.

O segundo banco, *PolityIV*, permitiu a análise por meio de duas variáveis, a *polity2*, e a variável de *Authority Trends*, que levavam em conta tendências democráticas e autocráticas. Infelizmente o formato da variável tornaria ainda mais enviesada a análise por comparação de médias, já limitada devido ao número de casos aqui envolvidos. Assim sendo, mesmo tendo que nos abster do teste-t para amostras emparelhadas, a observação dos dados nas análises gráficas corrobora os resultados parciais do estudo, de que não havia relação perceptível entre o evento de um impedimento de mandato e alterações significantes nos níveis de democracia.

Temos confiança, baseado nos dados aqui apresentados, no fato de que não é possível afirmar com absoluta certeza que o simples fato de que tenha havido um *impeachment* em um país que necessariamente haverá uma alteração nos níveis de democracia. A possibilidade não é descartada apenas pelas limitações apresentadas a este desenho de pesquisa no estado em que estamos de desenvolvimento, mas é seguro afirmar que até o momento não se poderia fazer tal afirmação de maneira categórica.

Ressaltamos que em algumas comparações não havia dados disponíveis para os anos relativos aos *impeachments* de todos os acontecimentos analisados neste trabalho. Levando-se em conta que processos de *impeachment* são multifacetados e, portanto, contam com a influência de uma variedade de fatores, esperamos que o resultado final do conjunto, quando utilizada uma pluralidade de variáveis, seja robusto o suficiente para que possamos extrapolar explicações para os casos aqui omissos.

Em nenhum dos casos foi considerado o efeito de variáveis externas que possam interferir tanto no processo de *impeachment* quando nos níveis perceptíveis de democracia, tal como a economia⁶. Acreditamos que desenvolvimentos futuros do trabalho venham a necessitar um esforço metodológico extra no sentido de isolar os possíveis efeitos de tais elementos, de modo a evitar problemas de ordem de endogeneidade e multicolinearidade.

⁶ Faucher (1998) fala sobre a relação entre economia e *impeachment*, bem como Belluzzo (1993) fala da relação entre economia e democracia.

Para agenda de pesquisa futura sugerimos o avanço do estudo em dois sentidos. Deve-se, acreditamos, realizar um esforço metodológico para classificação dos casos de *impeachment* com base em variáveis que ainda serão descobertas como especialmente relevantes para tipificação desses eventos, mas que possivelmente incluirão a causa do impedimento do mandato, a posição popular (se clamando pelo *impeachment* ou repudiando-o), e variáveis relativas ao contexto geral do país, em especial o estado da economia no período. Com uma classificação robusta dos processos de *impeachment* então poderia-se realizar um segundo passo no desenvolvimento da teoria, aplicando o modelo a outros processos acontecidos pelo mundo, a fim de averiguar o repetimento do evento, dadas as mesmas condições, e se nesses casos uniformes haveria, então, alguma alteração também uniforme das democracias.

Acreditamos que a possibilidade ainda se mantém, apesar dos resultados aqui apresentados, devido ao fato de nosso objetivo ser de fato um esboço dentro das possibilidades de pesquisa. No mais esperamos que tenhamos cumprido nosso papel, através de uma análise clara e completa - dentro do possível.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGGIO, A. **A democracia na América Latina como construção histórica**. Brasília: Contraponto. 2015. Acesso em 10 jul 2017

AZEVEDO, G. E SERIACOPI, R. **Equador: nova crise, novo presidente deposto**. 2015. Atica Educacional. Disponível em: http://www.aticaeducacional.com.br/htdocs/secoes/atual_geop.aspx?cod=737. Acesso em 2 jun 2017

BARBOSA, R. **Escritos e discursos seletos**. Seleção, organização e notas de Virgínia Cortes de Lacerda. Edições Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro. Editora Nova Aguiar, 1995. Acesso em: 2 jun 2017

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. Economia, estado e democracia. **Lua Nova**, São Paulo, n. 28-29, p. 201-208, Apr. 1993.

BLUME, B. **Por que Collor sofreu impeachment?**. Politize. Santa Catarina. 2015. Disponível em: <http://www.politize.com.br/impeachment-collor-porque-sofreu/>. Acesso em: 10 jul 2017

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Impeachment: resgate histórico e conceitual**. Brasília. 2013. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/REPORTAGEM-ESPECIAL/507968-IMPEACHMENT-%E2%80%93-RESGATE-HISTORICO-E-CONCEITUAL-BLOCO-1.html>. Acesso em: 10 jun 2017

CASAGRANDE, C. **O impeachment é democrático?** Jota Artigos. 2016. Disponível em: <https://jota.info/artigos/o-impeachment-e-democratico-08102016>. Acesso em: 2 jun 2017

CASTRO, M. C. F. C.. O Arquivo Fernando de Azevedo: cronologia e bibliografia. **IEB - USP**. São Paulo. Acesso em: 10 jul 2017

COLOMBARI, E. **Collor teve 1º impeachment da América Latina**. UOL. São Paulo. 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/listas/collor-teve-1-impeachment-da-america-latina-veja-curiosidades-pelo-mundo.htm>. Acesso em 7 jun 2017

COSTA, C. Entrevista com José Álvaro Moisés. **Visões sobre o impeachment: "Bom remédio para a democracia"**. BBC Brasil. São Paulo. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-37216374>. Acesso em 7 jul 2017

COUTO, C. G. & ARANTES, R. B. **Constituição, Governo e Democracia no Brasil**. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 21, n. 61. Junho de 2006. Acesso 2 jun 2017

FAUCHER, Philippe. Restaurando a Governabilidade: O Brasil (afinal) se Acertou?. **Dados**, Rio de Janeiro , v. 41, n. 1, p. , 1998 .

HOCHSTETLER, Kathryn. **Repensando o presidencialismo: contestações e quedas de presidentes na América do Sul**. Lua Nova, São Paulo , n. 72, p. 09-46, 2007 .

JAZEERA, A Former Guatemalan president: I never acted illegally Disponível em: <http://www.aljazeera.com/programmes/talktojazeera/2016/01/guatemalan-president-acted-illegally-160108172016071.html>. Acesso em 12 de julho de 2017.

KING, G. (1995). **“Replication, Replication”**. **PS: Political Science and Politics**, 28, p. 443-499. Acesso em 3 mai 2017

LIMONGI, Fernando. **A democracia no Brasil: presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório**. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo , n. 76, p. 17-41, Nov. 2006

MAINWARING, S. & SHUGART, M. S. Juan Linz, Presidentialism, and Democracy: A Critical Appraisal. **Comparative Politics**, Vol. 29, No. 4, pp. 449-471, 1997.

MAINWARING, S. & SHUGART, M. S. Presidentialism and Democracy in Latin America. **Cambridge University Press**, 1997

NOVAES, E. **Presidentes afastados na América do Sul. Exame**. São Paulo. 1992. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/mundo/veja-os-presidentes-que-ja-foram-afastados-na-america-do-sul/>. Acesso em: 7 jun 2017

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php. Acesso em: 12 mai 2017.

PEMSTEIN, D., MESERVE S., & MELTON, J. (n.d.). **Democratic Compromise: A Latent Variable Analysis of Ten Measures of Regime Type**. **Political Analysis**, 18(4), 426-449. doi:10.1093/pan/mpq020

PÉREZ-LIÑÁN, A. **Impeachment Presidencial e a Nova Instabilidade Política na América Latina**. **Cambridge University Press**. Nova York, 2007.

POLITY IV INDIVIDUAL COUNTRY REGIME TRENDS. Disponível em: <http://www.systemicpeace.org/polity/polity4.htm>. Acesso em 16 jul 2017.

SALLUM JR., Brasílio e CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e. **O impeachment do presidente Collor: a literatura e o processo**. **Lua Nova [online]**. 2011, n.82, pp.163-200.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452011000100008&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0102-6445. Acesso em 12 de maio de 2017.

SCHREIBER, M. Dilma sob ameaça: Veja como é o processo de impeachment. **BBC Brasil**. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151202_impeachment_pedido_pai. Acesso em 12 abr 2017.

SHUGART, M. S. & CAREY, J. M. Presidents and Assemblies. **Cambridge University Press**, 1992

STYCER, C.; VILELA, G. **Andrés Perez, da Venezuela, e Lugo, no Paraguai, sofreram impeachment**. 2016. O Globo. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/andres-perez-da-venezuela-lugo-no-paraguai-sofreram-impeachment-19150125>. Acesso em: 15 jul 2017

TIKKANEN, A. **Abdalá Bucara Ortiz, President of Ecuador**. Enciclopedia Britannica. 2009. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Abdala-Bucaram-Ortiz>. Acesso em: 14 jul 2017

ULIANO, A. B. **Impeachment é manifestação da democracia**. **Progresso**. São Paulo. 2015. Disponível em: <http://www.progresso.com.br/opiniaio/impeachment-e-manifestacao-da-democracia>. Acesso em: 2 jun 2017.

UNIFIED DEMOCRACY SCORES. **Unified Democracy Scores**. Disponível em: <http://www.unified-democracy-scores.org/>. Acesso em 15 de jun 2017.

VALENTE, J. **Crise no Paraguai**. UOL. 1999. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft29039908.htm>. Acesso em: 2 jul 2017